



## **O DESCARTE DE ÓLEO VEGETAL RESIDENCIAL E A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: DESAFIOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO E O DIREITO AMBIENTAL.**

Anna Carolina Couto Leal (VOLUNTÁRIO), Alexandre Cortez Fernandes (Orientador(a))

Óleos e gorduras vegetais são itens essenciais na cozinha brasileira e indispensáveis no preparo das refeições diárias. Mas esse hábito cultural esconde um grave problema ambiental, já que raramente é realizado o descarte correto desses resíduos após o uso. Jogar os restos nos vasos sanitários, pias ou lixo comum parece ser a opção mais prática, entretanto, essas ações iniciam um ciclo de degradação ambiental, causando entupimento das infraestruturas urbanas, afetando o meio ambiente e sobrecarregando os sistemas de saneamento das cidades. Esse ciclo se agrava nas comunidades vulneráveis, dado que a falta de saneamento básico se junta com a desinformação e piora a situação no local, porque ao descartar óleo de forma incorreta, ele se mistura com resíduos sólidos, causando obstruções, entupimentos, aumentando a poluição do solo local, provocando danos estruturais e aumenta a chance de alagamentos. Provando que a falta de assistência básica gera ainda mais desigualdade, prejudicando quem já vive em uma situação de vulnerabilidade. O tema traz reflexões ligadas à gravidade da crise climática e à importância de proteger os recursos hídricos. Esse impacto ambiental indica também um problema financeiro, porque os municípios precisam investir um valor elevado para desentupir as redes de esgotos obstruídas por gordura. Esse gasto excessivo sobrecarrega o orçamento público e retira investimentos que deveriam ir para projetos de expansão do saneamento básico dessas comunidades. Sendo assim, surge o problema: Como a ausência de saneamento e educação ambiental amplia os impactos do descarte incorreto de óleo em comunidades vulneráveis? E diante desse cenário, o objetivo deste trabalho foi analisar a interface jurídica e social entre o descarte residencial de óleo, a vulnerabilidade periférica, o direito fundamental ao saneamento básico, por meio de metodologia qualitativa e revisão bibliográfica e documental. O estudo busca demonstrar que, embora o Direito Ambiental disponibilize ferramentas teóricas robustas, há falha na eficácia prática devido à falta de políticas públicas. Conclui-se que é crucial que o poder público ofereça infraestruturas para coletas seletivas, pontos de descartes locais e campanhas informativas para conscientização sobre os perigos do descarte incorreto, evitando gastos desnecessários com manutenções emergenciais, garantindo saúde e dignidade nas comunidades vulneráveis, protegendo o meio ambiente ao evitar o ciclo de degradação ambiental.

Palavras-chave: Óleo residencial, Saneamento básico, Vulnerabilidade Social

Apoio: UCS